



188
9

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0263431-9

APELANTE(S): Suely Jurema Novais dos Santos e Outros

APELADO: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE TRÂNSITO. EXTINÇÃO PELA LCE 78/2005. FORMA DE CÁLCULO DE VANTAGEM REMUNERATÓRIA. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. 1. A gratificação de trânsito, inicialmente, era regulada pela Lei Estadual nº 10.907/1993. 2. Posteriormente, a Lei Estadual nº 11.030/1994 alterou o percentual da referida gratificação. 3. Ocorre que a legislação de regência veio a ser alterada pela Lei Complementar Estadual nº 78/2005. 4. Tem-se, portanto, que, em verdade, a questão de fundo versa sobre a existência ou não de direito adquirido à percepção da gratificação de trânsito na forma estabelecida anteriormente às alterações introduzidas pela LCE nº 78/2005. 5. Nessa linha, anoto que os apelantes Suely Jurema Novais dos Santos, Rosineide de Alcântara Barbosa Leite, Daniele Botelho de Oliveira, Eduardo Aquino dos Santos Junior, Péricles D'assis do Monte, Luciano Marinho de Araújo e Gildo Pedro da Silva foram admitidos no DETRAN/PE após a edição da LCE nº 78/2005, não fazendo jus ao recebimento da gratificação de atividade de trânsito, uma vez que ingressaram na carreira com os vencimentos já ajustados à mencionada legislação. 6. Por outro lado, no tocante aos demais apelantes, Amon de Menezes Gonçalves, Eduardo Rogério de Farias, e Alexandre Ferreira da Costa, tem-se que, apesar de suas admissões serem anteriores ao regime remuneratório introduzido pela LCE nº 78/2005, os mesmos não fazem jus ao pleito, uma vez que é pacífico e consolidado o entendimento da Corte Excelsa no sentido da inexistência de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo de vantagem remuneratória) por parte dos servidores públicos, sejam os mesmos ativos ou inativos. 7. Fixada a inexistência de direito adquirido à forma de cálculo de vantagem remuneratória por parte dos servidores públicos, resta salientar que a gratificação em lume já se encontra incorporada à remuneração dos apelantes, observando-se ainda o fato de que não ficou comprovado nos autos que tal transformação tenha acarretado decurso remuneratório. Precedentes deste Tribunal. 8. Apelo improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível de nº 0263431-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de maio de 2013 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

184 ~



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0263431-9

APELANTE(S): Suely Jurema Novais dos Santos e Outros

APELADO: Departamento estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face da sentença (fls. 140/140v) que **julgou improcedente** o pedido dos autores, servidores públicos estaduais do DETRAN, por entender que *"desejar a incidência do percentual de 70% sobre o atual vencimento base é, na realidade, querer a incidência de Gratificação, já extinta, sobre valor que já a incorporara, em autêntico bis in idem inadmissível no ordenamento jurídico."*

Sustentam os autores/apelantes que têm direito adquirido à percepção da gratificação de atividade de trânsito, instituída pela Lei nº 10.907/93 no percentual de 70%, de forma autônoma, calculado sobre os vencimentos básicos.

Sobrevindo a sentença de improcedência, os autores interpuseram o presente apelo (fls. 144/155) pugnando pela reforma da sentença, para o fim de terem reimplantada a gratificação de atividade de trânsito, sob os seguintes argumentos: (i) o DETRAN/PE não apresentou nenhuma prova documental de que os autores estavam recebendo a gratificação de atividade de trânsito de forma correta, uma vez que cabe ao réu a prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do autor; (ii) restou devidamente comprovado que houve redução nos vencimentos dos autores; (iii) não vem havendo o cumprimento das legislações posteriores referentes ao aumento do vencimento-base; (iv) a gratificação de atividade de trânsito não pode ser, em termos jurídicos, confundida com a parcela de estabilidade financeira; e (v) a gratificação de atividade de trânsito nunca foi extinta e está em plena vigência.

Pugnou, por fim, a reforma da sentença, devendo o presente recurso ser provido em todos os seus termos.

Em suas contra-razões (fls. 163/166), o DETRAN pleiteou a manutenção da sentença aduzindo para tanto: (i) a impossibilidade da implantação da gratificação de atividade de trânsito, extinta em 2005, nos vencimentos dos apelantes, por serem eles servidores admitidos após a mudança legislativa; (ii) a válida extinção da GAT pela Lei Complementar nº 078/2005, com a incorporação do respectivo valor ao vencimento base; e (iii) a inexistência de ofensa a direito adquirido e à irredutibilidade de vencimentos.

Assevera, por fim, a impossibilidade de direito adquirido à manutenção de regime jurídico ou à forma de cálculo de verbas remuneratórias.

O Ministério Público com assento neste Tribunal (fls.180/181) aduziu não ter interesse no feito.

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 12 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0263431-9

APELANTE(S): Suely Jurema Novais dos Santos e Outros

APELADO: Departamento estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Trata-se de pedido de pagamento da gratificação de atividade de trânsito, no percentual de 70% (setenta por cento), de forma autônoma, calculada sobre os vencimentos definidos na Lei Complementar nº 155/2010, e, bem assim, de pedido para que os valores da gratificação de atividade de trânsito passem a ser pagos, de maneira individualizada, no percentual definido pela Lei nº 11.030/94 (fls.18).

Pois bem.

A gratificação de trânsito, inicialmente, era regulada pela Lei Estadual nº 10.907/1993, que, em seu art. 3 dispunha:

“(…)

Art. 3º Fica instituída, a partir de 1º de abril de 1993, no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito, fixada em 30% (trinta por cento), calculada sobre o vencimento básico dos cargos efetivos do quadro de pessoal daquela autarquia.

(…)”

Posteriormente, a Lei Estadual nº 11.030/1994 alterou o percentual da referida gratificação:

“(…)”

Art. 7º A gratificação de atividade de trânsito de que trata a Lei nº 10.907 de 11 de junho de 1993, passa a ser de 70% (setenta por cento), calculada sobre o vencimento básico dos cargos efetivos do quadro de pessoal permanente do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PE, a partir de 1º de janeiro de 1994.

(…)”

Ocorre que a legislação de regência veio a ser alterada pela Lei Complementar Estadual nº 78/2005.

Examine-se, pois, o art.12 da LCE nº 78/2005:

“(…)”

Art. 12. Os valores nominais de vencimento-base dos cargos de nível básico, médio e superior, integrantes do quadro próprio de pessoal permanente, de natureza estatutária, da autarquia pública Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN/PE, passam a ser os fixados nesta Lei, na forma do seu Anexo IV.

189
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

190
2

§ 1º Em decorrência dos novos valores nominais de vencimento-base, de que trata o caput deste artigo, ficam extintas, por incorporação aos mesmos, a gratificação de atividade de trânsito, instituída pela Lei nº 10.907, de 11 de junho de 1993, e alterações posteriores, e a parcela autônoma de vantagem pessoal - PAVP, definida pela Lei nº 12.613, de 29 de junho de 2004.

(...)” (grifei)

Tem-se, portanto, que, em verdade, a questão de fundo versa sobre a existência ou não de direito adquirido à percepção da gratificação de trânsito na forma estabelecida anteriormente às alterações introduzidas pela LCE nº 78/2005.

Nessa linha, anoto que os apelantes Suely Jurema Novais dos Santos, Rosineide de Alcântara Barbosa Leite, Daniele Botelho de Oliveira, Eduardo Aquino dos Santos Junior, Péricles D’assis do Monte, Luciano Marinho de Araújo e Gildo Pedro da Silva foram admitidos no DETRAN/PE após a edição da LCE nº 78/2005 (fls. 21, 30, 36, 41, 57, 72, 76), não fazendo jus ao recebimento da gratificação de atividade de trânsito, uma vez que ingressaram na carreira com os vencimentos já ajustados à mencionada legislação.

Por outro lado, no tocante aos demais apelantes, Amon de Menezes Gonçalves, Eduardo Rogério de Farias, e Alexandre Ferreira da Costa (fls. 45, 60, 66), tenho que, apesar de suas admissões serem anteriores ao regime remuneratório introduzido pela LCE nº 78/2005, os mesmos não fazem jus ao pleito, uma vez que é pacífico e consolidado o entendimento da Corte Excelsa no sentido da inexistência de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo de vantagem remuneratória) por parte dos servidores públicos, sejam os mesmos ativos ou inativos.

Trago à colação os seguintes arestos do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR INATIVO. GRATIFICAÇÃO. REDUÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que inexistente direito adquirido a regime jurídico. O STF tem admitido redução ou mesmo supressão de gratificações ou outras parcelas remuneratórias desde que preservado o montante nominal da soma dessas parcelas, ou seja, da remuneração global. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.” (RE-AgR 445810/PE, DJ 06-11-2006, PP-00046). Grifei.

“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES - INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - DIREITO ADQUIRIDO - INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL - AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

global do estipêndio até então percebido e não provoque, em consequência, decesso de caráter pecuniário. **A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes.**” (RE-ED 468076 / RS - RIO GRANDE DO SUL, DJ 31-03-2006 PP-00038). Grifei.

Fixada a inexistência de direito adquirido à forma de cálculo de vantagem remuneratória por parte dos servidores públicos, resta salientar que a gratificação em lume já se encontra incorporada à remuneração dos apelantes, observando-se ainda o fato de que não ficou comprovado nos autos que tal transformação tenha acarretado decesso remuneratório.

No ponto, anoto que questão similar já foi enfrentada por esta Corte de Justiça, orientando-se na mesma direção da fundamentação acima articulada.

A título exemplificativo, apresento os seguintes arestos:

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE TRÂNSITO. INCORPORAÇÃO AOS VENCIMENTOS. EXTINÇÃO PELA LC 78/2005. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME REMUNERATÓRIO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. POR UNANIMIDADE.781. A gratificação de atividade de trânsito foi instituída no âmbito do Departamento de Trânsito de Pernambuco desde 1993 e extinta em 2005, através da LC 078/2005, porém incorporado seu valor nominal ao vencimento do servidor.782. Os agravantes restringem-se a alegar a ocorrência de redução dos seus vencimentos, sem, contudo, comprovar o que afirmam, quando a eles caberia, posto se tratar de fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 333, I, do CPC.333ICPC3-O Supremo Tribunal Federal já se posicionou de forma pacífica de que não há direito adquirido a regime jurídico remuneratório, desde que respeitada a irredutibilidade dos vencimentos.4. No tocante às provas carreadas nos autos, verifica-se que todos se encontram lotados no serviço de trânsito do interior e que, de fato, alguns dos autores/embargantes foram admitidos no DETRAN-PE após a edição da LC 078/2005, quais sejam: Leonildo Cavalcanti Leal (admitido em 16/06/2008 - fls. 21 dos autos em apenso), Paulo Ferreira Neto (admitido em 21/08/2006 - fls. 26 dos autos em apenso), Saulo Ribeiro Caselli (admitido em 24/11/2008 - fls. 36 dos autos em apenso), Paulo José de Carvalho Sá (admitido em 17/09/2008 - fls. 41 dos autos em apenso), Luciene de Araújo Sá (admitida em 16/06/2008 - fls. 46 dos autos em apenso) e Pastora Maria Araújo (admitida em 21/08/2006 - fls. 51 dos autos em apenso), não fazendo jus ao recebimento da gratificação de Atividade de Trânsito, posto que já extinta e incorporada aos vencimentos dos servidores do DETRAN-PE, por conseguinte, já ingressaram na carreira com os vencimentos ajustados pela mencionada lei.785. Relativamente ao servidor Luciano Conserva Silva, único nos presentes autos a ser admitido em 01/03/2005, ou seja, antes da extinção da referida gratificação de trânsito, outrossim não merece guarida sua pretensão, visto ser pacífico no supremo Tribunal Federal não haver direito adquirido a regime jurídico remuneratório, desde que respeitada a irredutibilidade dos vencimentos.6. Por unanimidade, NEGOU-SE PROVIMENTO ao presente recurso. (Recurso de Agravo 263364-3/02 PE 0008051-35.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 22/05/2012, 1ª Câmara de Direito Público.)
DIREITO ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE TRÂNSITO EXTINTA. VALOR NOMINAL INCORPORADO AOS VENCIMENTOS DOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

SERVIDORES. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A gratificação de atividade de trânsito no percentual de 70%, conforme definido pela Lei nº 11.030/94, foi extinta com nova sistemática salarial, trazida pela Lei Complr nº 078, de 18/11/2005, tendo sido seu valor nominal incorporado aos vencimentos dos demandantes. 0782. O Supremo Tribunal Federal tem posicionamento pacífico quanto à ausência de direito adquirido a regime jurídico remuneratório de servidor público, desde que mantida a irredutibilidade dos vencimentos. 3. Recurso de Agravo a que se nega provimento. 4. decisão unânime. (Recurso de Agravo nº 263414-8/01 PE 0003929-76.2012.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 27/03/2012, 7ª Câmara Cível)

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO DE COMPOSIÇÃO SALARIAL. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Na esteira dos reiterados precedentes deste Sodalício e do STF, inexistente direito adquirido a regime de composição salarial. 2. A garantia do direito adquirido não impede a modificação para o futuro do regime de vencimentos do servidor público. 3. É possível a redução da gratificação por meio de lei, desde que a normativa não afete o princípio constitucional da irredutibilidade salarial. 4. O art. 12, §§ 1º e 2º, da LCE nº 78/05 extinguiu a mencionada gratificação, sendo instituída parcela autônoma sem decesso remuneratório. 5. Aclaratórios à unanimidade improvidos. (Embargos de Declaração nº 0268277-5/01 PE, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 26/04/2012, 2ª Câmara de Direito Público)

Ante o exposto, sendo certo que a pretensão dos apelantes está em manifesto confronto com a jurisprudência pacífica da Corte Suprema, **nego provimento** ao presente **recurso de apelação**, mantendo íntegra, por conseguinte, a sentença de primeiro grau.

É como voto.

Recife, 27 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator